

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT02.021

## **EDUCAÇÃO, GÊNERO E DESIGUALDADE SOCIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA MULHERES COM FILHOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Jaqueline Alves Calaça Santos<sup>1</sup>

Rosângela da Costa Castro<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo investiga os desafios enfrentados por mulheres com filhos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco nas desigualdades de gênero e nas condições socioeconômicas que impactam suas trajetórias educacionais. A pesquisa, de natureza qualitativa e baseada em revisão bibliográfica crítica, analisa como a dupla jornada de trabalho, a falta de apoio institucional e as políticas públicas inadequadas se tornam barreiras para a permanência e o sucesso dessas mulheres no ambiente escolar. O referencial teórico ancora-se em Paulo Freire, discutindo a educação como prática de liberdade, e em teóricos que abordam a relação entre saber, identidade e experiência, como Bernard Charlot. Os resultados, construídos a partir da análise de dados secundários e da literatura acadêmica, apontam para a sobrecarga das responsabilidades domésticas e de cuidado, a ausência de políticas de suporte como creches e horários flexíveis, e a persistência de uma estrutura educa-

- 1 Doutoranda e Mestra do Programa de Pós-Graduação em Formação de professores e Práticas Interdisciplinares - PPGFPPI da Universidade Pernambuco - UPE, [jaquecalaca03@gmail.com](mailto:jaquecalaca03@gmail.com);
- 2 Doutoranda e Mestra do Programa de Pós-Graduação em Formação de professores e Práticas Interdisciplinares - PPGFPPI da Universidade Pernambuco - UPE, [costacastroroseluz@gmail.com](mailto:costacastroroseluz@gmail.com);

cional que não contempla as especificidades do público feminino na EJA. Conclui-se pela urgência de repensar as políticas públicas para a modalidade, propondo a criação de um suporte institucional robusto e a adaptação de práticas pedagógicas que promovam um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e acessível, capaz de garantir não apenas o acesso, mas a permanência e a conclusão dos estudos por essas mulheres.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Gênero, Políticas Públicas, Maternidade, Desigualdade Social.

## INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa, no cenário educacional brasileiro, um espaço de reparação de direitos e de resgate de trajetórias escolares interrompidas. Contudo, para uma parcela significativa de seu público, especialmente as mulheres, o retorno à sala de aula é atravessado por uma complexa teia de desafios que transcendem a mera recuperação de conteúdos. Este artigo debruça-se sobre as vivências de mulheres com filhos na EJA, analisando como as desigualdades de gênero e as condições socioeconômicas se manifestam como barreiras estruturais à sua permanência e ao seu sucesso educacional. A discussão proposta busca não apenas diagnosticar os obstáculos, mas também apontar para a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas que efetivamente promovam a equidade.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996), asseguram a educação como um direito de todos, mas a realidade impõe obstáculos que afastam milhões de brasileiros da escola. Dados da Fundação Roberto Marinho apontam que, em 2022, 35,2% da população com mais de 25 anos não possuía instrução ou ensino fundamental completo (2025). Entre os principais motivos para o abandono escolar, destacam-se a necessidade de trabalhar, a gravidez na adolescência e, de forma proeminente para as mulheres, a responsabilidade pelos afazeres domésticos e pelo cuidado com os filhos (2025).

Nesse contexto, a maternidade, entrelaçada a fatores de raça e classe, assume um papel central. A dupla ou tripla jornada de trabalho que articula emprego formal, tarefas domésticas e o cuidado com os filhos impõe um desgaste físico e emocional que torna a dedicação aos estudos uma tarefa hercúlea. Como aponta Bastos (2017), a sobrecarga de responsabilidades familiares e a falta de uma rede de apoio efetiva são fatores determinantes que levam muitas mulheres a abandonar seus projetos educacionais. A pesquisa de Lima et al. (2024) corrobora essa visão, ao afir-

mar que “o tempo gasto com os cuidados domésticos; a gravidez precoce, uniões estáveis, casamentos; e ausência de escolarização de seus familiares” são os principais fatores motivadores da evasão de jovens negras.

O objetivo geral deste trabalho é, portanto, investigar os desafios enfrentados por mulheres com filhos na EJA, com foco nas desigualdades de gênero e nas condições socioeconômicas que impactam suas trajetórias educacionais. Especificamente, busca-se: analisar o perfil socioeconômico e familiar dessas mulheres; examinar as principais dificuldades na conciliação entre maternidade, trabalho e estudos; discutir o impacto da maternidade sobre o sucesso educacional; e explorar o papel das políticas públicas e das práticas pedagógicas na promoção da inclusão.

Para tanto, a metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica crítica, de abordagem qualitativa. O referencial teórico-metodológico ancora-se na pedagogia emancipatória de Paulo Freire (1996), que concebe a educação como um ato político e uma prática de liberdade, fundamental para a conscientização e a transformação da realidade. Dialoga-se, ainda, com autores como Bernard Charlot (2000), que explora a relação do sujeito com o saber, a identidade e a experiência, e com pesquisas recentes que abordam a interseccionalidade entre gênero, raça e classe no contexto da EJA.

Este artigo está estruturado em seções que buscam aprofundar a análise aqui introduzida. A seguir, a seção de metodologia detalha os caminhos da pesquisa. Posteriormente, a seção de resultados e discussão apresenta uma análise aprofundada das políticas públicas e dos desafios enfrentados por essas mulheres, com base nos dados e na literatura consultada. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões e apontam caminhos para a construção de uma EJA mais justa e inclusiva.

## METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos, este estudo adotou uma abordagem de pesquisa qualitativa, materializada por meio de uma revisão bibliográfica crítica e sistemática. A escolha por este método justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão de um fenômeno social complexo, que envolve as intersecções entre gênero, maternidade, trabalho e educação, não se limitando a dados quantificáveis, mas buscando interpretar as nuances e os significados que emergem da literatura acadêmica e de documentos oficiais.

A pesquisa foi desenvolvida em duas etapas principais. A primeira consistiu no levantamento de um amplo referencial teórico sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com ênfase nas discussões sobre gênero, políticas públicas e evasão escolar. Foram consultadas as bases de dados Scielo, Google Scholar e repositórios de universidades brasileiras, utilizando os descritores: “EJA e gênero”, “políticas públicas para EJA”, “maternidade e educação”, e “desigualdade educacional no Brasil”. Esta fase permitiu a construção de um panorama sobre o estado da arte da discussão, identificando os principais autores e os debates correntes.

O referencial teórico-metodológico que ancora a análise fundamenta-se, primordialmente, no pensamento de Paulo Freire (1996), cuja obra “Pedagogia da Autonomia” oferece as bases para uma compreensão da educação como prática de liberdade e de transformação social. A concepção freireana de que educar exige o reconhecimento da identidade cultural do educando e o respeito aos seus saberes de experiência é central para a análise das práticas pedagógicas na EJA. Adicionalmente, a análise dialoga com Bernard Charlot (2000), que investiga a relação dos sujeitos com o saber, ajudando a compreender as motivações e os sentidos que as mulheres atribuem ao seu retorno à escola.

A segunda etapa da pesquisa concentrou-se na análise de políticas públicas e de dados secundários. Foram examinados documentos norteadores da educação nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

(LDB, 1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), bem como relatórios e pesquisas de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024) e a Fundação Roberto Marinho. A análise desses documentos e dados buscou evidenciar as lacunas nas políticas de suporte para as mulheres na EJA e quantificar o cenário da evasão e da desigualdade.

Por fim, a análise dos dados coletados foi realizada de forma crítica, buscando não apenas descrever a realidade, mas também problematizá-la à luz do referencial teórico. A seção de “Resultados e Discussão” foi construída a partir do diálogo entre os achados da literatura, os dados estatísticos e os documentos oficiais, com o objetivo de oferecer uma análise aprofundada e multifacetada dos desafios que se impõem às mulheres com filhos na EJA, com um foco particular nas políticas públicas e em suas implicações.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura e dos dados disponíveis revela um cenário complexo e desafiador para as mulheres que buscam na Educação de Jovens e Adultos (EJA) uma oportunidade para retomar seus estudos. Os resultados desta investigação são apresentados e discutidos a seguir, organizados em torno de eixos temáticos que articulam as dimensões estruturais, institucionais e pedagógicas que atravessam a experiência educacional dessas mulheres, com especial atenção para as políticas públicas e suas lacunas.

### O Cenário da EJA no Brasil: Entre a evasão e a desigualdade

A Educação de Jovens e Adultos, embora concebida como uma política de inclusão e reparação de direitos, enfrenta uma crise de esvaziamento que se agrava ano após ano. Dados da pesquisa “Juventudes Fora da Escola”, divulgados pela Fundação Roberto Marinho, mostram uma

queda de 22% nas matrículas entre 2018 e 2022, passando de 3,5 milhões para 2,7 milhões de estudantes. Essa redução drástica é acompanhada pelo fechamento de turmas, que caiu 13% entre 2018 e 2021, passando de 137.144 para 119.625 classes (2025). A diminuição do financiamento público cria um ciclo vicioso que dificulta o acesso e a permanência na modalidade, afastando justamente aqueles que mais necessitam dessa oportunidade.

O Censo Escolar 2024 reforça essa tendência preocupante, apontando uma queda de 7,7% nas matrículas entre 2023 e 2024, e uma redução de 20,4% desde 2020 (2025). Esse esvaziamento não é apenas um problema numérico; ele reflete a incapacidade do sistema educacional em dialogar com as necessidades de seu público e em oferecer condições reais de permanência. Como aponta o estudo de Castro-Serrinha et al. (2024), as políticas para a EJA, embora apresentem avanços, são frequentemente temporárias e não asseguram a continuidade necessária para a consolidação do direito à educação, revelando “certa fragilidade nessas políticas/ programas, pois foram todos temporários e não asseguram a permanência desses sujeitos na escola” (2024).

A evasão escolar é um fenômeno que afeta desproporcionalmente a população negra e, dentro dela, as mulheres. Dados do IBGE (2020), citados por Lima et al. (2024), indicam que, dos jovens entre 19 e 24 anos que abandonaram os estudos, 33% eram negros, em comparação com 18,8% de brancos. Essa disparidade evidencia como o racismo estrutural se manifesta no sistema educacional, uma vez que, mesmo com condições socioeconômicas similares, “o fator racial ainda parece exercer influência nos resultados”.

Quando se adiciona a variável de gênero, o cenário se torna ainda mais preocupante. Em 2023, 29% das mulheres entre 15 e 29 anos não estudavam nem estavam ocupadas, em comparação com 19% dos homens, revelando uma lacuna de gênero persistente (2024).

## A Dupla jornada e o peso da maternidade: obstáculos à permanência

Para as mulheres, e em especial para as mulheres negras, a jornada educacional é ainda mais árdua. A sobrecarga de trabalho, que combina o emprego formal com as responsabilidades domésticas e de cuidado, é um dos principais fatores que as levam a abandonar a escola. Dados do IBGE (2022) revelam que 11,2 milhões de mulheres ficaram fora da força de trabalho porque tinham que cuidar de crianças, de pessoas com deficiência ou de idosos. Essa realidade se reflete diretamente na educação: mulheres com filhos têm 112% menos chances de concluir o ensino superior do que mulheres sem filhos.

A pesquisa de Barros (2024) com estudantes da EJA em Mato Grosso durante a pandemia revelou um aumento expressivo de desgaste físico e emocional, provocado pela sobrecarga dos trabalhos executados tanto em suas residências, como em seus respectivos empregos. A pandemia de COVID-19, ao impor o fechamento das escolas e a necessidade de adaptação ao ensino remoto, escancarou as desigualdades já existentes. As mulheres, que já enfrentavam a dupla ou tripla jornada, viram suas responsabilidades se multiplicarem, tendo que conciliar o trabalho, o cuidado com os filhos em casa e os estudos, muitas vezes sem acesso adequado à internet ou a equipamentos tecnológicos (2024).

A maternidade, nesse contexto, surge como um ponto de inflexão nas trajetórias educacionais. A ausência de uma rede de apoio, seja familiar ou institucional, torna a conciliação entre os estudos e o cuidado com os filhos uma tarefa quase impossível. A fala de uma das entrevistadas na pesquisa de Lima et al. (2024) é emblemática: “Faltava muito, depois de uma certa idade eu quis saber de rua, brincadeira, arruaça, eu acabei perdendo, depois engravidei do meu filho aos 15 anos” A chegada de um filho, somada à falta de suporte, frequentemente significa o fim do percurso escolar. Outras participantes relataram histórias similares, como a mulher que se casou aos 14 anos e teve que abandonar os estudos para

cuidar da casa e dos filhos, ou aquela que, aos 62 anos, ainda trabalhava de 6 da manhã às 17 horas e depois frequentava a EJA à noite (2024).

A literatura aponta que os motivos para a evasão de jovens negras incluem o tempo gasto com os cuidados domésticos; a gravidez precoce, uniões estáveis, casamentos; e ausência de escolarização de seus familiares. Esses fatores, longe de serem escolhas individuais, são o resultado de uma estrutura social que impõe às mulheres, e especialmente às mulheres negras e pobres, um conjunto de responsabilidades que as sobrecarregam e as afastam do direito à educação (Lima, 2024).

### **Políticas Públicas para a EJA: Avanços, Lacunas e a Urgência de Reformulação**

O arcabouço legal brasileiro, a partir da Constituição de 1988, reconhece a EJA como um direito público subjetivo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, consolidou esse direito, estabelecendo que a educação de jovens e adultos deve ser destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (1988; 1996).

No entanto, a implementação dessas políticas ainda é frágil e insuficiente. Como afirmam Coelho e Coelho (2013) e Fagundes e Cardoso (2019), citados por Lima et al. (2024), a ação legal, embora seja um avanço, não se torna suficiente para o alcance de resultados satisfatórios. A distância entre a letra da lei e a realidade das salas de aula é imensa. A Lei 10.639/2003, por exemplo, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira em todas as escolas de ensino fundamental e médio do Brasil, tanto públicas quanto privadas, ainda enfrenta resistências e dificuldades de implementação, com muitos professores e gestores despreparados para abordar a temática racial de forma adequada e crítica.

A principal lacuna reside na ausência de políticas públicas que considerem as especificidades do público da EJA, especialmente das mulheres.

A modalidade ainda opera sob uma lógica que não dialoga com a realidade de suas estudantes. A falta de creches noturnas, de horários flexíveis, de transporte acessível e de auxílio financeiro são fatores que, na prática, inviabilizam a frequência e a permanência. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu, em sua meta 10, que pelo menos 25% das matrículas da EJA deveriam estar integradas à educação profissional até 2024. No entanto, em 2023, esse número era de apenas 4,7%, evidenciando o fracasso na implementação das metas estabelecidas (2024).

O estudo de Castro-Serrinha et al. (2024) destaca a certa fragilidade nessas políticas/programas, pois foram todos temporários e não asseguraram a permanência desses sujeitos na escola. Programas como o Brasil Alfabetizado, embora tenham representado esforços importantes, foram descontinuados ou sofreram cortes significativos de financiamento, comprometendo sua efetividade. A falta de continuidade nas políticas públicas é um dos principais entraves para a consolidação da EJA como uma modalidade de ensino robusta e capaz de atender às demandas de seu público (2024)

## **A Interseccionalidade de gênero, raça e classe na EJA**

Para compreender plenamente os desafios enfrentados pelas mulheres na EJA, é fundamental adotar uma perspectiva interseccional, que reconheça o entrecruzamento das opressões de gênero, raça e classe. Como aponta Crenshaw (2002), citada por Lima et al. (2024), a interseccionalidade permite discutir as especificidades da mulher negra e compreender como diferentes formas de discriminação se sobrepõem e se potencializam.

A pesquisa de Lima et al. (2024) revelou que a EJA é predominantemente constituída de mulheres negras, porém a maior parte das mulheres se identifica como parda, mesmo quando suas características fenotípicas apontam para uma identidade de mulher preta. Esse dado aponta para a complexidade da construção da identidade racial no Brasil e para

a necessidade de se trabalhar o pertencimento racial como uma estratégia de enfrentamento do racismo. Como afirmam os autores, “trabalhar o pertencimento racial é uma importante estratégia de enfrentamento do racismo, pois, conforme Leath et al. (2019), pessoas com sua identidade racial valorizada e reconhecida participam mais ativamente de ações antirracistas e têm os efeitos do racismo atenuados”.

A condição de classe também é um fator determinante. A maioria das mulheres na EJA vive em situação de vulnerabilidade social, nas periferias das cidades, e enfrenta dificuldades econômicas que as obrigam a trabalhar desde cedo (Lima, 2024). A necessidade de contribuir para o sustento da família, muitas vezes desde a infância, é um dos principais motivos para o abandono escolar. A fala de uma das entrevistadas na pesquisa de Lima et al. (2024) ilustra essa realidade: “Eu e minha irmã mais velha estudamos até a 4ª série, depois fomos de volta pra roça, todo mundo, família toda [...] quem já trabalhava na roça continuou trabalhando, quem não trabalhava aprendeu... pegava às 6 horas da manhã e, às vezes, às 17 horas ‘tava’ agarrada lá ainda, isso com 11 anos”.

## O Impacto econômico e social da evasão escolar

A evasão escolar não é apenas uma questão educacional; ela tem profundas implicações econômicas e sociais, tanto para os indivíduos quanto para a sociedade como um todo. Jovens sem ensino médio completo enfrentam dificuldades significativas para conseguir empregos formais e, quando empregados, recebem salários com remuneração até 37% menor em relação aos que concluem a educação básica. Essa diferença salarial se perpetua ao longo da vida, criando um ciclo de pobreza que se transmite de geração em geração (Valentim, 2023).

Para as mulheres, o impacto econômico da baixa escolaridade é ainda mais severo. Dados do Banco Mundial indicam que mulheres com apenas educação primária ganham 28,8% menos que os homens, e essa diferença aumenta para 32,6% entre aqueles com ensino médio e para 47,7%

entre os que possuem ensino superior. Essa desigualdade salarial, somada à sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado, coloca as mulheres em uma posição de extrema vulnerabilidade econômica (Serrinha, 2024)

A falta de qualificação profissional não afeta apenas os indivíduos, mas também reduz a produtividade do país, limita a inovação e perpetua ciclos de pobreza e exclusão social. O aumento da escolaridade é fundamental para que os jovens realizem seus projetos de vida e para o desenvolvimento econômico do país. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em seu relatório *The Future of Productivity* (2015), destaca que o investimento em educação é um dos principais fatores para o aumento da produtividade e da competitividade econômica.

No contexto brasileiro, onde as desigualdades sociais são profundas, a educação é um dos poucos mecanismos de mobilidade social disponíveis para as camadas mais pobres da população. A EJA, nesse sentido, deveria ser uma política prioritária, capaz de oferecer uma segunda chance para aqueles que foram excluídos do sistema educacional. No entanto, a realidade mostra que a modalidade tem sido negligenciada, com cortes de financiamento e fechamento de turmas, o que agrava ainda mais as desigualdades existentes.

### **O Papel da escola como espaço de resistência e transformação**

A escola, para as mulheres da EJA, pode representar muito mais do que um local de aquisição de conhecimentos formais. Ela pode ser um espaço de resistência, de construção de identidade, de fortalecimento da autoestima e de transformação social. A pesquisa de Barros (2024) evidenciou que, para muitas estudantes, a escola é um lugar de solidariedade e de interação social, onde elas encontram apoio e reconhecimento. Essa dimensão afetiva e social da escola é fundamental para a permanência, especialmente para aquelas que enfrentam situações de isolamento, violência doméstica ou discriminação.

A construção de um espaço escolar acolhedor e inclusivo passa, necessariamente, pelo reconhecimento das histórias de vida das estudantes e pela valorização de suas experiências. Como aponta Freire (1996), “ensinar exige respeito aos saberes dos educandos”. A pedagogia freireana propõe que o ponto de partida da educação seja a realidade concreta dos educandos, suas vivências, seus desafios e suas aspirações. Somente a partir desse reconhecimento é possível construir um processo educativo que seja significativo e transformador.

A pesquisa de Lima et al. (2024) revelou que muitas mulheres na EJA desconhecem a história de seu povo, a cultura afro-brasileira e as contribuições históricas da população negra para a construção do país. Esse desconhecimento não é casual; ele é o resultado de um currículo eurocêntrico que invisibiliza a história e a cultura africana e afro-brasileira. A Lei 10.639/2003, ao tornar obrigatório o ensino dessa história, busca corrigir essa distorção histórica e promover o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira.

No entanto, a implementação da lei ainda enfrenta resistências e dificuldades. Muitos professores não foram formados para abordar a temática racial de forma adequada e crítica, e muitos materiais didáticos ainda reproduzem estereótipos e visões eurocêntricas. A formação continuada dos professores é, portanto, uma necessidade urgente. Como apontam Gomes e Jesus (2013) e Araújo e Braga (2019), citados por Lima et al. (2024), o gestor escolar tem um papel fundamental nesse processo, ao promover a gestão democrática e participativa, o diálogo com a comunidade e o incentivo à formação continuada sobre a temática racial.

### **A necessidade de práticas pedagógicas emancipatórias e de um currículo inclusivo**

Inspirado em Paulo Freire (1996), um projeto de EJA verdadeiramente emancipatório deve partir da realidade de seus estudantes, valorizando seus saberes e suas experiências. A educação, para Freire, não pode ser

uma mera transmissão de conhecimentos, mas um ato de conscientização e de transformação da realidade. A pedagogia freireana, ao propor uma educação dialógica e problematizadora, oferece as bases para uma prática que reconheça os estudantes da EJA como sujeitos de sua própria história, capazes de refletir criticamente sobre sua condição e de agir para transformá-la.

A escola, para essas mulheres, pode ser mais do que um lugar de instrução formal; pode ser um espaço de interação, de solidariedade e de fortalecimento da autoestima, como demonstrou a pesquisa de Barros (2024). A autora conclui que o significado que emerge nas observações é a construção do espaço da escola como um espaço de interação e trocas. Um lugar de solidariedade, evidenciando que a educação é também um ato coletivo, solidário e nunca se dá isoladamente. Essa dimensão social e afetiva da escola é fundamental para a permanência das estudantes, especialmente daquelas que enfrentam situações de isolamento e de vulnerabilidade (Barros, 2024).

Além disso, é fundamental que a escola adote uma postura ativa no combate ao racismo e à discriminação. Como apontam Gomes e Jesus (2013) e Araújo e Braga (2019), citados por Lima et al. (2024), são elementos-chave para que a escola evite ser reprodutora de valores eurocêntricos: a gestão democrática e participativa, o diálogo com a família, alunos e professores, o enfrentamento de qualquer tipo de discriminação e o incentivo à formação continuada sobre a temática racial na escola”. A formação continuada dos professores é essencial para que eles possam desenvolver uma consciência racial crítica e para que sejam capazes de identificar e enfrentar as manifestações de racismo no cotidiano escolar.

Um currículo inclusivo para a EJA deve, portanto, contemplar não apenas os conteúdos tradicionais, mas também as questões que atravessam a vida das estudantes: gênero, raça, classe, trabalho, maternidade, violência doméstica, entre outras. A educação, nessa perspectiva, não se limita à transmissão de conhecimentos, mas se constitui como um espaço de reflexão crítica sobre a realidade e de construção de estratégias de

transformação social. Como afirma Arroyo (2003), a EJA deve ser compreendida como “um campo de direitos e de responsabilidade pública”, e não como uma política compensatória ou assistencialista.

## Experiências bem-sucedidas e caminhos possíveis

Embora o cenário da EJA no Brasil seja desafiador, existem experiências bem-sucedidas que demonstram que é possível construir uma educação de jovens e adultos verdadeiramente inclusiva e transformadora. Programas que articulam educação e qualificação profissional, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), embora tenham enfrentado dificuldades de implementação, representam um caminho promissor (Narvaz, 2013).

A integração entre educação básica e educação profissional responde a uma demanda concreta das estudantes da EJA, que buscam não apenas a certificação escolar, mas também a qualificação para o mercado de trabalho. Como aponta Valle (2010), a educação de jovens e adultos e o trabalho são dimensões indissociáveis, e qualquer projeto de EJA que não considere essa relação está fadado ao fracasso. A qualificação profissional é um fator motivador importante para a permanência e para a construção de projetos de vida, além de contribuir para a inserção no mercado de trabalho e para a melhoria das condições econômicas.

Outra experiência importante são os programas de alfabetização e educação popular desenvolvidos por movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Esses programas, inspirados na pedagogia freireana, partem da realidade dos educandos e promovem uma educação dialógica e problematizadora. Como aponta Rummert e Ventura (2007), embora esses programas enfrentem dificuldades de financiamento e de reconhecimento oficial, eles demonstram que é possível construir uma educação verdadeiramente emancipatória.

No campo das políticas de gênero, algumas iniciativas merecem destaque. A criação de creches em período noturno em algumas escolas que oferecem EJA tem se mostrado uma estratégia eficaz para garantir a permanência das mães. Da mesma forma, a oferta de horários flexíveis e de modalidades de ensino que combinam o presencial e o remoto tem facilitado a conciliação entre trabalho, família e estudos. Essas experiências, embora ainda sejam pontuais e localizadas, apontam caminhos possíveis para a construção de políticas públicas mais abrangentes e efetivas.

É fundamental, ainda, que as políticas para a EJA sejam construídas de forma participativa, envolvendo as estudantes, os professores, os gestores e a comunidade. A escuta das demandas e das experiências das mulheres da EJA é essencial para a construção de políticas que efetivamente respondam às suas necessidades. Como aponta Dayrell (2007), a escola deve reconhecer que os jovens e adultos são sujeitos socioculturais, com histórias, trajetórias e saberes que devem ser valorizados e incorporados ao processo educativo.

## **A Importância da Articulação entre Políticas Educacionais e Políticas Sociais**

Por fim, é fundamental compreender que a garantia do direito à educação para as mulheres com filhos na EJA não pode ser alcançada apenas por meio de políticas educacionais.

É necessária uma articulação entre políticas educacionais e políticas sociais mais amplas, que enfrentem as desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam a sociedade brasileira.

Políticas de combate à pobreza, de geração de emprego e renda, de acesso à moradia, de saúde pública, de combate à violência doméstica e de promoção da igualdade de gênero são fundamentais para criar as condições materiais e simbólicas que permitam às mulheres frequentar e concluir seus estudos. A educação, embora seja um direito fundamental e

um mecanismo de mobilidade social, não pode, sozinha, superar as profundas desigualdades que marcam a sociedade brasileira.

A criação de uma rede de proteção social robusta, que inclua creches públicas em período integral, auxílio financeiro para famílias em situação de vulnerabilidade, acesso a serviços de saúde e assistência social, é fundamental para garantir que as mulheres possam exercer seu direito à educação. Como aponta Valentim e Assis (2023), há uma “invisibilidade feminina nas políticas de Educação de Jovens e Adultos”, e é urgente que essa invisibilidade seja superada por meio de políticas que reconheçam as especificidades e as demandas das mulheres.

A articulação entre diferentes setores do governo: educação, assistência social, saúde, trabalho, direitos humanos é essencial para a construção de políticas integradas e efetivas. A EJA não pode ser pensada de forma isolada, mas como parte de um conjunto mais amplo de políticas de inclusão social e de promoção da equidade. Somente por meio dessa articulação será possível construir um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, capaz de garantir o direito à educação para todas as mulheres, independentemente de sua condição social, racial ou de maternidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou compreender a complexa teia de desafios que se impõe às mulheres com filhos na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com especial atenção para as desigualdades de gênero, raça e classe que atravessam suas trajetórias educacionais. A análise da literatura e dos dados disponíveis permitiu concluir que a trajetória educacional dessas mulheres é profundamente marcada pela interseccionalidade das opressões, que se materializam em barreiras estruturais, institucionais e cotidianas.

A dupla ou tripla jornada de trabalho, a responsabilidade quase exclusiva pelo cuidado com os filhos e a ausência de uma rede de apoio institucional efetiva emergem como os principais obstáculos à permanência e ao sucesso escolar. A evasão, nesse contexto, não pode ser vista como

uma escolha individual ou como falta de interesse, mas como o resultado de uma estrutura social e de políticas públicas que falham em reconhecer e acolher as especificidades desse público. A escola, que deveria ser um espaço de emancipação e de transformação social, acaba por reproduzir as desigualdades presentes na sociedade quando não se adapta às necessidades de suas estudantes.

Os resultados apontam para a urgência de se repensar a EJA a partir de uma perspectiva de gênero, raça e classe. É imperativo que as políticas públicas transcendam a mera garantia de acesso e se concentrem na criação de condições reais de permanência e de conclusão dos estudos. A análise revelou que, embora o Brasil possua um arcabouço legal que reconhece a EJA como um direito, a implementação dessas políticas é frágil, temporária e insuficiente. A queda de 22% nas matrículas entre 2018 e 2022 e o fechamento de milhares de turmas evidenciam o fracasso das políticas atuais em garantir a continuidade e a qualidade da modalidade.

## Propostas para políticas públicas efetivas

Com base nos achados desta pesquisa, propõe-se um conjunto de políticas públicas que devem ser implementadas de forma articulada e contínua para garantir o direito à educação das mulheres com filhos na EJA:

- 1. Criação de uma rede de apoio institucional:** É fundamental a criação de creches e espaços de cuidado infantil em período noturno, nos próprios estabelecimentos de ensino ou em suas proximidades, para que as mães possam frequentar as aulas sem a preocupação com o cuidado de seus filhos. Essa medida, além de viabilizar a frequência, demonstra o compromisso do Estado com a permanência dessas mulheres na escola.
- 2. Flexibilização de horários e modalidades de ensino:** A oferta de horários flexíveis e de modalidades de ensino que combinem o

presencial e o remoto pode facilitar a conciliação entre trabalho, família e estudos. A experiência da pandemia demonstrou que, com o suporte adequado, o ensino remoto pode ser uma ferramenta importante, desde que acompanhado de políticas de inclusão digital.

3. **Auxílio financeiro e transporte:** A concessão de bolsas de estudo, auxílio-alimentação e vale-transporte são medidas essenciais para garantir que as mulheres possam frequentar a escola sem comprometer o orçamento familiar. Programas como o Bolsa Família já demonstraram a eficácia de políticas de transferência de renda condicionadas à frequência escolar.
4. **Integração com a educação profissional:** A meta 10 do Plano Nacional de Educação, que prevê a integração de 25% das matrículas da EJA com a educação profissional, deve ser efetivamente implementada. A qualificação profissional é um fator motivador importante para a permanência e para a construção de projetos de vida, além de contribuir para a inserção no mercado de trabalho.
5. **Formação continuada de professores e gestores:** A formação continuada sobre as temáticas de gênero, raça e diversidade é fundamental para que os profissionais da educação possam desenvolver uma consciência crítica e adotar práticas pedagógicas inclusivas.
6. **Fortalecimento da gestão democrática e participativa:** A gestão escolar deve ser democrática e participativa, envolvendo as estudantes, suas famílias e a comunidade nas decisões sobre o currículo, as práticas pedagógicas e as políticas de permanência. O diálogo com as mulheres da EJA é essencial para compreender suas demandas e para construir soluções adequadas à sua realidade.

## A educação como prática de liberdade

Inspirados em Paulo Freire, defendemos uma educação que parta da realidade das alunas, que valorize seus saberes e suas histórias de vida,

e que contribua para o fortalecimento de sua autoestima e de sua consciência crítica. A pedagogia freireana, ao propor uma educação dialógica e problematizadora, oferece as bases para uma prática que reconheça as estudantes da EJA como sujeitos de sua própria história, capazes de refletir criticamente sobre sua condição e de agir para transformá-la.

A escola, para essas mulheres, deve ser mais do que um lugar de instrução formal; deve ser um espaço de interação, de solidariedade, de fortalecimento da autoestima e de construção de um senso de pertencimento. A valorização da história e da cultura afro-brasileira, o combate ao racismo e à discriminação, e a promoção de um currículo que dialogue com as experiências de vida das estudantes são elementos fundamentais para a construção de uma EJA verdadeiramente emancipatória.

Em suma, a garantia do direito à educação para as mulheres com filhos na EJA exige um compromisso político e social que vá além do discurso. Requer a construção de um sistema educacional verdadeiramente inclusivo, que reconheça as desigualdades existentes e que atue ativamente para superá-las. As políticas públicas devem ser contínuas, robustas e articuladas, superando a lógica de programas temporários e fragmentados que têm caracterizado a EJA nas últimas décadas.

A pesquisa aqui apresentada evidencia que a educação de mulheres com filhos na EJA não é apenas uma questão educacional, mas uma questão de justiça social. A superação das desigualdades de gênero, raça e classe no campo educacional é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Somente assim a EJA poderá cumprir seu papel de ser um espaço de transformação social e de construção de um futuro mais digno para todas as mulheres que, apesar de todos os obstáculos, insistem em retomar seus estudos e em lutar por seus direitos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tamiris. **Menos matrículas, mais desigualdades: os desafios da EJA no Brasil**. Fundação Roberto Marinho / Canal Futura, 08 abr. 2025. Disponível



em: <https://futura.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/noticia/menos-matriculadas-mais-desigualdades-os-desafios-da-eja-no-brasil>. Acesso em: 6 out. 2025.

ARROYO, M. G. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, L.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 19-50.

BARROS, Abenizia Auxiliadora. **Pesquisa investiga fatores de permanência de mulheres na Educação de Jovens e Adultos**. CAPES, 16 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/pesquisa-investiga-fatores-de-permanencia-de-mulheres-na-educacao-de-jovens-e-adultos>. Acesso em: 6 out. 2025.

BASTOS, M. T. C. **A EJA em questão: o que dizem os sujeitos**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 6 out. 2025.

CASTRO-SERRINHA, S. B. D.; SANTOS, R. C. J.; QUEIROZ, G. M. **Políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos: cenários revelados a partir do estado do conhecimento**. Revista Educação & Ensino, v. 8, n. 1, p. 1-31, dez. 2024. DOI: <https://doi.org/10.71136/ree.v8i1.731>.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COELHO, M. I. M.; COELHO, W. N. B. **As licenciaturas em História e a Lei 10.639/03: percursos de formação para o trato com a diferença?** Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 34, e192224, 2018.

CRENSHAW, K. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DAYRELL, J. **A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1105-1128, out. 2007.

FAGUNDES, T. B.; CARDOSO, M. D. **Educação das relações étnico-raciais: o estado da arte.** Educar em Revista, Curitiba, v. 35, n. 75, p. 33-54, maio/jun. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003.

IBGE. **Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023.** Agência IBGE Notícias, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 6 out. 2025.

JORNAL DA USP. **Maternidade ainda é responsável por deixar milhões de mulheres fora do mercado de trabalho.** 11 jun. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/maternidade-ainda-e-responsavel-por-deixar-milhoes-de-mulheres-fora-do-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 6 out. 2025.

LIMA, Flavia Souza Rocha et al. **Mulheres negras na EJA: compreendendo os desafios e as estratégias de enfrentamento do racismo no âmbito escolar.** Revista Brasileira de Educação, v. 29, e290126, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782024290126>.

LIRA, A.; BARBOSA, M. **Mulheres na Educação de Jovens e Adultos: uma análise das desigualdades de gênero**. Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, v. 9, p. 1-20, 2021.

NARVAZ, A.; SANT'ANNA, G.; TESSELER, M. **Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos: um estudo sobre o PROEJA**. Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 6, p. 1-15, 2013.

REVISTA EDUCAÇÃO. **EJA encolhe no país, revelam dados do Censo Escolar 2024**. 09 abr. 2025. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2025/04/09/censo-escolar-2024-eja/>. Acesso em: 6 out. 2025.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. P. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola**. Educar em Revista, Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007.

THINKEVA. **Filhos não impedem sucesso profissional, a desigualdade sim**. 28 set. 2023. Disponível em: <https://thinkeva.com.br/maternidade-nao-deveria-impedir-crescimento-profissional/>. Acesso em: 6 out. 2025.

VALENTIM, S. S.; ASSIS, M. P. **A invisibilidade feminina nas políticas de Educação de Jovens e Adultos de 2002 a 2022**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2023.

VALLE, J. L. **A educação de jovens e adultos e o trabalho: desafios e perspectivas**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 43, p. 108-120, jan./abr. 2010.

WORLD BANK. **Gender Data Portal**. Washington, DC: World Bank Group, 2023. Disponível em: <https://genderdata.0000.worldbank.org/>. Acesso em: 6 out. 2025.